

## Livros didáticos de português: como enfocam concordância e sujeito posposto?

Monique Alves Vitorino<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco

Cláudia Roberta Tavares Silva<sup>2</sup>  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Resumo:** A tradição gramatical atesta que o constituinte com o qual o verbo desencadeia concordância é o sujeito da oração. Contudo, observa-se que, em sentenças que apresentam a ordem V(erbo)S(ujeito) no português brasileiro (PB), há forte tendência à ausência de concordância verbal em contextos inacusativos. Levando-se em consideração a arraigada ligação do livro didático (LD) com a tradição normativa gramatical e a tendência à maior proximidade vista em exames vestibulares e Enem com os atuais estudos sobre o PB, este trabalho objetiva investigar como o LD de ensino médio trata a questão da concordância relacionada ao sujeito posposto. Para tanto, selecionamos duas coleções de LDs de português, amplamente adotadas pelas escolas públicas, para a realização de uma análise qualitativa. Fundamentamos o estudo em Silva (2004), Pontes (1986), Bagno (2011), Berlinck (1988) e outros. Os resultados apontam para a conformidade do LD com o que ensina a gramática normativa tradicional, isto é, não está prevista a ausência de concordância verbal com sujeito posposto, tão produtiva no PB, o que nos revela a dissonância entre o que se espera do aluno egresso do EM e o que o livro didático seleciona como matéria de sala de aula, bem como com o tipo de abordagem teórica sugerida.

**Palavras-chave:** Sujeito posposto. Concordância verbal. Livro didático. Gramática normativa. Verbos inacusativos.

### Introdução

A tradição gramatical atesta que o constituinte com o qual o verbo desencadeia concordância é o sujeito da oração (BECHARA, 2009; LUFT, 2002). Contudo, observa-se que, em sentenças que apresentam a ordem Verbo-Sujeito (VS) no português brasileiro (PB), há forte tendência à ausência de concordância verbal em contextos inacusativos (ex: Chegou

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e doutoranda, nesta instituição, na área de concentração Linguística. Atua como tutora do curso de Letras a Distância da UFPE. E-mail: moniquevitorino@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Letras de Universidade Federal de Pernambuco e Professora Adjunto 3 na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Publicou recentemente o capítulo “Marcação das relações gramaticais sujeito e objeto nas línguas germânicas, românicas e no crioulo caboverdiano (MOURA, Denilda; SIBALDO, Marcelo Amorim (Orgs.). *Estudos e pesquisas em teoria da gramática*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 107-138). E-mail: claudiarobertats@gmail.com.

uns meninos; Aconteceu muitos acidentes.). Conforme argumentam Pontes (1986) e Galves (2001), o sintagma nominal (SN) posposto nesses contextos, por tratar-se de um objeto (argumento interno) gerado na base, que, na estrutura de superfície, passa a ser sujeito, tende a levar o verbo para o singular. Em outras palavras, Galves (2001 p. 131) afirma que “a ausência de concordância com esses verbos [inacusativos] se explica pelo fato de o seu único argumento ser um argumento interno, não forçosamente associado, portanto, à função de sujeito”. Assim, a razão pela qual a concordância verbal é desfavorecida com o SN pós-verbal em PB diz respeito ao fato de os argumentos verbais seguirem o verbo “em lugar de precedê-lo” (GALVES, 2001, p. 138).

Dada a relevância para a compreensão de aspectos relativos à concordância em PB, esse tema tem sido amplamente estudado (PONTES, 1986; SILVA, 2004; GALVES, 2001; BAGNO, 2011). Além disso, foi matéria de questão discursiva do vestibular 2013 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (vide Figura 1), a qual solicitava que o candidato realizasse análise linguística de um período composto por duas orações em ordem VS, de modo a explicar o porquê de não haver concordância entre sujeito e verbo. Com base nessa questão e levando-se em consideração a arraigada ligação do livro didático (LD) com a tradição normativa gramatical e a tendência à maior proximidade de exames vestibulares e Enem com os atuais estudos linguísticos sobre o PB, indagamo-nos: os alunos egressos do ensino médio (EM) estão preparados para realizar satisfatoriamente uma análise linguística envolvendo esse tipo de problema posto na prova do vestibular, a seguir?

**2ª QUESTÃO**

“Muitos imaginam que os que “falam errado” falam de qualquer jeito. Mas é bastante fácil mostrar que, de fato, os que “erram” apenas seguem outras regras. O problema é que essas regras não são aceitas ou são consideradas desvios. Vejamos um exemplo: É comum que crianças digam “*Mamãe fazeu um bolo gostoso!*” e “*Eu também sabo abrir esse pacote de bolacha*”. O que estão fazendo? É simples: tratando verbos irregulares como se fossem regulares.”

(Adaptado de POSSENTI, Sírio. *Questões de linguagem*. São Paulo: Parábola, 2011, p.33.)

Com base no texto acima, escreva um comentário em que você explique “a regra” que seguem os usuários da língua portuguesa quando falam ou escrevem um enunciado como o seguinte:

**Nos últimos meses, subiu os preços de vários produtos e, consequentemente, diminuiu os lucros do mercado.**

---

---

---

---

Figura 1: 2ª questão discursiva do Vestibular 2013 da UFPE. Tema: posposição do sujeito

Visando à solução de nossa inquietação, este trabalho objetiva investigar como o LD utilizado no Ensino Médio trata (se trata) a questão da concordância relacionada ao chamado sujeito posposto. Especificamente, pretendemos discutir: i) os traços que definem o sujeito da oração (PONTES, 1986) e ii) a ausência de concordância em orações que apresentam ordem VS em PB, tomando por base a natureza do verbo inacusativo e o argumento por ele selecionado (BURZIO, 1986; SIBALDO, 2004; SILVA, 2004; BAGNO, 2011, entre outros).

### 1. Traços definidores do sujeito

Em seu trabalho intitulado *Sujeito: da sintaxe ao discurso*, Pontes (1986) aponta para alguns procedimentos utilizados pelos linguistas para identificar o sujeito de uma oração. A autora cita Dias (1959) para apresentar uma das práticas do linguista descritivo, qual seja, “identificar as funções sintáticas pela posição dos elementos na S[entença]” (PONTES, 1986, p. 151). Isto é, o sujeito é identificado como o elemento localizado antes do verbo, e o que vem depois é o objeto. Outro aspecto definidor do sujeito é a concordância. Desse modo, “[a] posição e a concordância são os dois critérios formais que no português considerado padrão distinguem as funções sintáticas” (PONTES, 1986, p. 151). Além disso, há também o procedimento da identificação do sujeito pela classe de palavra (substantivo ou seu equivalente).

Podemos também identificar tais procedimentos nas definições de sujeito oracional encontradas em gramáticas tradicionais. Concordância e posição são levadas em consideração por Bechara (2009, p. 410):

A característica fundamental do sujeito explícito é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo do predicado, isto é, se adapte (isto é, *concorde*) a seu número, pessoa e gênero. [...] O reconhecimento seguinte do sujeito se fez pela sua posição normal à esquerda do predicado. (Grifo do autor).

Com relação à concordância, nota-se que o autor a define como fundamental para a identificação do sujeito, de modo que poderíamos afirmar que “só haverá sujeito naquele tipo de construção onde houver expresso um termo que esteja em relação de concordância com o núcleo do predicado verbal” (AGRA, 2006, p. 22). No entanto, esse critério nem sempre é

verificado em PB, conforme ilustram os seguintes exemplos extraídos da língua falada<sup>3</sup> (cf. (1) e (2)) e da língua escrita (cf. (3) e (4)):

- (1) “... (mais, mas) não *existe interesses* [em Alagoas] (mais, mas) há situações...” (PB – I.4.P.9.L.340)
- (2) “há *jornais* que *traz* muita babaquice (PB - I.3.P.9.L.371)
- (3) ... *essas crianças* não são felizes e mesmo que se *mostre feliz*...
- (4) *Nós* falou também sobre (...) *nós* devia...  
(MOURA, 1997, p. 23).

Quanto ao critério da posição na sentença, este parece também não ser de todo satisfatório, tendo em vista que, em frases como *O leite, o gato tomou*, em que se verifica a presença de um constituinte deslocado à esquerda da oração (*o leite*), que assume a função de tópico (ou seja, o assunto), não é o sujeito. Neste caso, vai-se de encontro ao que se verifica em algumas gramáticas ao definirem o sujeito como o assunto acerca do qual o predicado nega, afirma ou questiona (CEGALLA, 1976; LUFT, 2002; CUNHA & CINTRA, 2008). Nessas gramáticas, observamos que sujeito e tópico são tratados de forma unificada, estando excluídas, portanto, orações em que o sujeito não coincide com a função discursiva de tópico. Conforme verifica Pontes (1986, p. 153), “as noções de sujeito e tópico estão mescladas desde o início das especulações ocidentais sobre a linguagem”.

Em busca de critérios mais coerentes com a sua perspectiva teórica, Pontes (1986) busca no trabalho de Lyons (1977 *apud* PONTES, 1986) considerações para uma definição mais probabilística e voltada para a teoria dos protótipos. Esse autor procura discutir o conceito de sujeito sob quatro tipos de definição: gramatical, lógico, temático e psicológico, estando o primeiro ligado às categorias de Caso, posição e concordância; o segundo, às definições tradicionais em que o sujeito *é o ser que age* (agente) e *de quem se declara algo* (noção de proposição); o terceiro, ao constituinte dos enunciados: “O que Lyons chama de sujeito temático é o que costuma ser referido por outros como tópico” (PONTES, 1986, p. 155), e o quarto, à ordem em que as expressões ocorrem nos enunciados, a qual tem um ponto de partida cognitivo.

Partindo das definições acima, Pontes reconhece no trabalho de Keenan (1976 *apud* PONTES, 1986) um conceito de sujeito multifatorizado, que permite identificá-lo e fazer

---

<sup>3</sup> Os dados da língua falada apresentados encontram-se no Banco de Dados da Língua Usada em Alagoas (LUAL), da Universidade Federal de Alagoas. Ao final dos exemplos, são apresentados entre parênteses o número do informante (I), a página (P) e a linha (L) de ocorrência do fenômeno linguístico.

generalizações através das línguas. Nessa perspectiva de análise, o *status* de sujeito é gradual, isto é, há uma gradação de traços, tendo alguns sujeitos mais características sintáticas, pragmáticas e semânticas que outros. Pensando nessa concepção probabilística adotada por Keenan, Pontes (1986, p. 170) levanta como hipótese:

Se o *status* de sujeito, como ele diz, é gradual, se há uma gradação no número de traços de um sujeito para outro, basta pensar que há sujeitos mais típicos (ou prototípicos) – aqueles que têm maior número de traços – e sujeitos menos típicos.

O sujeito mais típico, nesse sentido, teria um determinado número de traços que, dentro de uma hierarquia, o aproximaria mais ou menos do sujeito prototípico. Seguindo a proposta de Keenan (1976), retomada por Pontes (1986), algumas das características básicas de sujeito são, dentre outras, as seguintes:

- a) existência independente: a entidade referente ao sujeito existe independentemente da ação ou propriedade representada pelo predicado;
- b) indispensabilidade: sujeitos básicos não podem ser eliminados da sentença;
- c) referência autônoma: a referência de um sujeito não depende da referência de um SN que o segue. “Por exemplo, em *João se matou* a referência de *se* é estabelecida por co-referência a *João*, não *João* em referência a *se*” (p. 167);
- d) o sujeito controla a co-referência, a mudança de referência, a concordância verbal;
- e) referência absoluta: quando uma sentença é verdadeira, o SN sujeito tem um referente; e
- f) referência pressuposta: se a sentença é negada ou interrogada, o sujeito não tem o seu referencial suspenso.

Após apresentar e discutir as características acima e, tomando por base o comportamento dos sujeitos em PB, a autora conclui:

[...] o sujeito mais típico em português me parece aquele que é agente na oração ativa. Acredito nisso porque: 1) os falantes pensam no traço em primeiro lugar, 2) há quase unanimidade a respeito desse traço e 3) os outros traços alistados tiveram uma percentagem muito menor de ocorrência (PONTES, 1986, p. 170).

As características supracitadas descritas por Keenan são retomadas pela autora para a testagem da classificação do SN posposto ao Verbo como sujeito, como veremos mais adiante, na seção 3.2.

## 2. A ordem VS em PB

Pesquisas têm evidenciado que a ordem VS em PB encontra-se submetida à restrição de monoargumentalidade (BERLINCK, 1988, 2000; KATO, 1999; SILVA, 2004, dentre outros), em específico, a contextos construídos com verbos inacusativos. Ademais, vale retomarmos aqui a pesquisa de Berlinck (1988) em que é realizado um estudo quantitativo com base na proposta metodológica de Labov sob duas perspectivas de análise: a sincrônica e a diacrônica. Nesse sentido, em sua pesquisa, a autora observa que as ordens VS e SV estão em distribuição complementar, não se consistindo, portanto, em um fenômeno de variação linguística no sentido laboviano. Os resultados percentuais obtidos em seu estudo evidenciam um crescente decréscimo da ordem VS no PB ao longo da história: século XVIII (42%), século XIX (31%) e século XX (21%), ordem esta que passa a ficar restrita, nesse último período, aos contextos inacusativos. Além desse decréscimo, a ausência de concordância morfológica visível entre o SN e a flexão verbal é quase categórica na ordem VS. No *corpus* sincrônico, constata-se 0.93% de probabilidade de ausência de concordância.

Analisando frases inacusativas nas quais a ordem VS é ainda produtiva no PB do século XX, a autora observa que os falantes oscilam em identificar o SN pós-verbal ora como sujeito, ora como objeto. Apesar dessa produtividade, os resultados estatísticos e probabilísticos evidenciam que a ordem VS está também em declínio nessas construções frasais, o que, segundo Berlinck (1988, p. 256), evidencia um processo de mudança ainda não implementada porque está passando a gramática do PB:

Se a tendência crescente ao enrijecimento em SN V persistir, é de se esperar que ela abarque progressivamente mais e mais contextos que antes se caracterizavam por uma associação forte com V SN. A mudança pode se dar de duas formas básicas:

- 1) pela simples anteposição do SN ou
- 2) pela manutenção de V SN com o aparecimento de um sujeito expletivo, que recuperaria uma ordem superficial SN V.

A estratégia de preencher a posição pré-verbal do sujeito por um pronome com referência arbitrária vai ganhando suporte empírico quando pesquisas como as de Duarte (2000), baseadas em resultados estatísticos, apontam que o uso desse pronome, a exemplo do pronome *você* em construções existenciais, vai se tornando produtivo na gramática do PB (44%), ao contrário do português europeu (PE) (6%).

Ainda sobre a restrição de monoargumentalidade, observemos, a seguir, que, das quatro frases extraídas de Kato (1999, p. 1), a única que não sofre qualquer tipo de restrição quanto ao julgamento de gramaticalidade dos falantes nativos é a construção inacusativa com o verbo *chegar*, em (5a), o que vem corroborar a predição dessa autora (KATO, loc. cit.): “[...] o único tipo de verbo ainda produtivo na ordem VS no PB é o inacusativo.”:

- (5) a. Chegou o trem.  
 b. ?Telefonou o cliente.  
 c. \*Assinou uma carta o chefe do departamento.  
 d. \*\*Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

Vale referirmos que pesquisadores têm defendido que a restrição da ordem VS a contextos inacusativos no PB dá-se em virtude do enfraquecimento da morfologia de flexão verbal (DUARTE, 2000; BERLINCK, 1988, 2000; SILVA, 2004; SIBALDO, 2004, entre outros), ao contrário do que ocorre no PE. Para evidenciarmos esse enfraquecimento, vejamos os seguintes paradigmas nas duas línguas extraídos de Galves (2001, p. 103):

PB	PE
Eu canto	Eu canto
-----	Tu cantas
Você/ ele canta	Você/ ele canta
Nós cantamos	Nós cantamos
-----	-----
Vocês/ eles cantam	Vocês/ eles cantam

Tabela 1: Verbo *cantar* conjugado no presente do indicativo no PB e no PE

Observando os paradigmas acima, é possível verificarmos que no PB a morfologia de flexão verbal é mais enfraquecida do que no PE, pois há duas formas zero (2ª p. sing. (*tu*) e 2ª p. pl. (*vós*)) e dois sincretismos: a) a 2ª p. sing. (*você*), a 3ª p. sing. (*ele(a)*) são todas gramaticalmente especificadas pelo morfema  $\emptyset$  e b) a 2ª p. pl (*vocês*) e a 3ª p. pl. (*eles(as)*)

são gramaticalmente especificadas pelo morfema *-m*. Em PE, há apenas uma forma zero no paradigma (2ª p. pl (*vós*)) e dois sincretismos que são similares aos do PB. Além disso, Galves (2001, p. 124) ainda verifica que alguns dialetos do PB “mostram contraste apenas entre a primeira pessoa do singular e todas as outras: *eu canto/ você, nós, eles canta*”, o que revela um paradigma de flexão verbal bastante enfraquecido por conter muitas formas zero.

O processo de mudança por que vem atravessando o PB tem ocasionado, por sua vez, maior frequência de ausência de concordância verbal e aumento substancial de sujeitos plenos (ex.: *eu canto; nós cantamos*) ao contrário do PE (\_\_\_canto; \_\_\_cantamos), conforme atestado na pesquisa realizada por Duarte (2000): primeira pessoa (74% (PB), 35% (PE)), segunda pessoa (90% (PB), 24% (PE)) e terceira pessoa (58% (PB) e 21% (PE)). Em seu estudo diacrônico, baseado na análise de frases extraídas de peças teatrais populares produzidas ao longo dos sete períodos da história, essa autora observa que os resultados percentuais apontam para um aumento acentuado relativo aos sujeitos pronominais plenos em PB: 1845 (20%), 1882 (23%), 1918 (25%), 1937 (46%), 1955 (50%), 1975 (67%) e 1992 (74%). Com base nesses resultados, é assumido pela autora que, nos três primeiros períodos, os sujeitos realizados foneticamente eram pouco produzidos na gramática do PB em virtude de a morfologia de flexão verbal ser ainda rica, ao passo que, do quarto período em diante, começa a haver uma forte tendência ao preenchimento da posição sujeito em decorrência do enfraquecimento da morfologia de flexão verbal.

## 2.1. Os verbos inacusativos e a concordância com o SN posposto

Burzio (1986), ao desenvolver um estudo sobre a sintaxe do italiano, chega à conclusão de que verbos cognominados de “intransitivos” não constituem uma classe homogênea nessa língua, o que corrobora a *Hipótese Inacusativa* proposta por Perlmutter (1976, 1978). Essa conclusão só foi possível a partir das diferenças estruturais constatadas nas seguintes frases do italiano (cf. BURZIO, 1986, p. 20):

- (8) a. Ne arrivano molti.  
“Muitos deles chegam.”
- b. \*Ne telefonato molti.  
“Muitos deles telefonam.”



- (9) a. Giovanni è arrivato  
“Giovanni chegou.”  
b. Giovanni ha telefonato.  
“Giovanni telefonou.”

A diferença estrutural encontrada em (8) diz respeito à gramaticalidade da frase (8a) construída com o verbo *arrivare* em que o clítico *ne* é produzido, ao contrário de (8b) com o verbo *telefonare*. Já nas frases em (9), a diferença reside na escolha do auxiliar aspectual: em (9a), usa-se o auxiliar *essere* com a frase construída com o verbo *arrivare*, ao passo que em (9b) é usado o auxiliar *avere* com o verbo *telefonare*.

Burzio propõe que o verbo *arrivare*, ao contrário de *telefonare*, um verbo inergativo (intransitivo), pode ser denominado de ergativo (*inacusativo*) em virtude de não selecionar argumento externo (a saber, o sujeito sintático). Nessa acepção, *arrivare* só possui argumento interno (o objeto) que é gerado à direita do verbo na estrutura profunda, passando a ser um sujeito derivado na estrutura de superfície. A esse argumento interno não pode ser atribuído Caso acusativo pelo verbo, haja vista que este não seleciona um argumento externo.

Em seu estudo sobre a classe dos verbos inacusativos no PE, Duarte (2003) apresenta evidências empíricas nessa língua que corroboram a predição de Burzio (1986) de que esses verbos não selecionam um argumento externo, mas apenas um argumento interno, ao qual não é atribuído Caso acusativo. Essa autora observa que o sujeito derivado de um verbo inacusativo exibe propriedades de um argumento interno direto em orações com participio absoluto (cf. (10)), bem como comporta-se de forma similar aos sujeitos de verbos (in)transitivos pelo fato de o SN na posição sujeito não só poder ser pronominalizado por um pronome nominativo (cf. (11)):

- (10) a. Chegados os miúdos,...  
b. Nascido o bebé ontem,...  
c. \*Vistos os miúdos o filme,...  
d. \*Tossido o bebé ontem,...  
e. Visto o filme,...  
f. Assinada a declaração,...
- (11) a. Eles chegaram.  
b. Ele nasceu.  
c. Eles viram o filme.  
d. Ele tossiu.

De acordo com Bagno (2011), sujeitos de verbos inacusativos em PB não apresentam o traço *agente* no estado de coisas relatado, sendo muito semelhantes ao objeto direto de um verbo transitivo. Acerca de tal semelhança entre os sujeitos dos verbos inacusativos e os objetos diretos dos verbos transitivos, Silva (2004) explica que os verbos inacusativos são contextos favorecedores da ordem VS e inibidores da concordância verbal. Para Bagno (2011, p. 634), a não concordância nessa ordem – tanto na fala como na escrita monitorada – “[n]ão se trata, portanto, de ‘distrações’, nem de ‘erros’ cometidos por pessoas sem instrução formal adequada. Trata-se, isto sim, de obediência a uma *regra* que já se firmou na gramática do PB e tem que ser reconhecida como tal” (Grifo do autor).

É ao reconhecimento de tal regra que a questão do vestibular da UFPE (vide Figura 1) faz referência. Portanto, ao produzirem o período *Nos últimos meses, subiu os preços de vários produtos e, conseqüentemente, diminuiu os lucros do mercado*, os falantes do PB seguem a seguinte regra: “[n]a ordem VS o elemento S deixa de ser analisado como sujeito e, por ocupar o lugar sintático do objeto, não concorda com o verbo” (BAGNO, 2011, p. 634).

## 2.2. Proposta de Pontes (1986) para o sujeito posposto

Conforme vimos na seção 2 deste artigo, uma das importantes contribuições do estudo clássico de Pontes é a discussão dos critérios para a definição do sujeito prototípico em PB, os quais são testados por ela para o sujeito pós-verbal. Em primeiro lugar, ela argumenta que o sujeito posposto não é prototípico por não ocorrer, em geral, no início da sentença. E ainda:

- i) Nomes próprios, pronomes pessoais, seres humanos e animados raramente ocorrem pospostos;
- ii) A maior raridade é de SNs pospostos com verbos transitivos;
- iii) A característica de controlador de co-referência é estranha ao SN posposto; e
- iv) O SN posposto não tem traço de tópico, típico do sujeito.

Aos critérios da existência autônoma e restrição seletional, o SN posposto responde, porém “resta saber que peso essas características têm para distinguir sujeito, por exemplo, de

objeto direto” (PONTES, 1986, p. 171). Como explica a autora, certas características “não são necessárias nem suficientes”, o que não atesta seu *status* de sujeito. Em linhas gerais,

A conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal, que é imposta pela gramática e o ensino escolar. Verificamos que o sujeito típico e o ‘sujeito posposto’ são dois conjuntos disjuntivos (PONTES, 1986, p. 172).

Conforme já enunciado, a presença de concordância verbal não pode ser adotada como um dos critérios suficientemente válidos para definir um SN como sujeito. Em se tratando de verbos inacusativos, a frequente ausência dessa concordância em PB, conforme atestada, por exemplo, na pesquisa de Berlinck (1988), resulta da natureza do SN posposto que não é argumento externo, mas interno. Tendo dito isto, analisamos, na próxima seção, o tratamento dado pelos LDs à posposição do sujeito.

### 3. O tratamento dado pelos livros didáticos à posposição do sujeito no PB

O livro didático (LD) se constitui como a principal ferramenta de trabalho na educação básica brasileira para o ensino de língua portuguesa. Neste trabalho, analisamos qualitativamente duas coleções voltadas para o ensino médio e amplamente adotadas por escolas públicas, quais sejam: *Novas palavras: português* (AMARAL et al., 2003, volume único) e *Português linguagens* (CEREJA & MAGALHÃES, 2010, volumes 2 e 3). Delimitamo-nos a verificar os capítulos que tratavam dos assuntos “Sujeito e predicado” e “Concordância verbal”, a fim de centrarmos nossa atenção em nosso objeto de estudo.

#### 3.1. Conceituação do sujeito

Tomando por base as coleções selecionadas para análise, observemos, a partir de agora, como se conceitua o sujeito.

Em Cereja e Magalhães (2010, p. 265), no capítulo que se intitula “O modelo morfossintático – o sujeito e o predicado”, sujeito é assim definido:

*Sujeito é o termo da oração que:*

- *concorda com o verbo;*
- *constitui seu assunto central;*
- *normalmente apresenta como núcleo um substantivo, um pronome ou uma palavra substantivada.*

São considerados, portanto, os critérios da concordância, do tema (tópico) e das classes gramaticais. Após a conceituação de predicado, o LD apresenta a ressalva:

*O sujeito nem sempre inicia a oração. Veja:  
Soou na escuridão uma pancada seca.  
Identificado o sujeito, o restante da oração constitui o predicado (CEREJA;  
MAGALHÃES, 2010, p. 265).*

Nota-se uma tentativa de se falar na ordem dos elementos na sentença, mas a explicação para por aí. Não são mencionados critérios nem exemplos adicionais que evidenciem uma ordem não convencional.

À semelhança do que é exposto acima, observamos em Amaral (*et al*, 2003, p. 437) as conceituações a seguir:

*“Os três homens caminhavam sem pressa, no leito da rodovia.”  
O que se afirma a respeito do sujeito “os três homens”? Afirma-se  
que caminhavam sem pressa, no leito da rodovia. Essa parte da  
oração denomina-se **predicado**.  
**Sujeito** – termo (palavra ou conjunto de palavras) da oração que  
designa o ser a respeito do qual se declara alguma coisa.*

Sobre a posição do sujeito, afirma-se o seguinte:

*O sujeito pode ocorrer antes do verbo (ordem direta) ou depois dele  
(ordem indireta).  
Exemplo: As primeiras estrelas brilhavam no céu escuro. (ordem  
direta)  
Brilhavam no céu escuro as primeiras estrelas. (ordem indireta)  
(AMARAL *et al*, 2003, p. 438).*

Apresentados os exemplos, a explanação se encerra aí, não havendo exemplos adicionais e explicações sobre a posição que o sujeito pode ocupar na frase.

Analisando os conceitos de sujeitos abordados nos LDs em análise, percebemos a clara influência da tradição normativa: “O **sujeito** é o ser sobre o qual se faz uma declaração” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 136), ou seja, adota-se a ideia de que o sujeito é sempre o tópico (o assunto), o que não pode ser evidenciado em PB, pois há casos em que ele não se confunde com o tópico da sentença (PONTES, 1986; DUARTE, 2003).

### 3.2. Concordância verbal

Acerca das ideias ligadas à questão da concordância verbal, consideramos importante observarmos se, diferentemente do que é constatado no tratamento do sujeito, há um trabalho mais relevante no que se refere à posição dos elementos que, como vimos, interfere, em alguns contextos, na concordância do verbo com o SN. Cereja e Magalhães (2010, p. 266) definem concordância e apresentam a seguinte regra:

*O verbo concorda com o sujeito em número e pessoa.  
(...) concordância, um princípio linguístico que orienta a combinação das palavras nas frases.  
**Concordância verbal** é a concordância do verbo com o sujeito, em número e pessoa.*

Aqui, descrevem-se as regras de “concordância do verbo com o sujeito simples” em diversas situações quando o sujeito é um substantivo coletivo, nome próprio de lugar ou título de obras, pronome de tratamento etc. Não obstante, não há um tratamento satisfatório dedicado ao sujeito posposto. Quando o menciona, inclui-o dentro da regra da “concordância do verbo com o sujeito composto” (CEREJA; MAGALHÃES, 2010, p. 268):

*Se o sujeito composto (...) estiver posposto ao verbo → verbo concorda com o núcleo mais próximo ou com todos, no plural:  
Voltaram (ou voltou) muito tarde do show o menino e os primos dele.*

Em Amaral (*et al*, 2003, p. 488), verificamos um tratamento semelhante dado à concordância verbal:

*(...) o verbo estabelece concordância com o sujeito.  
Então:*

**Concordância verbal** – princípio gramatical que determina como o verbo deve flexionar-se (variar de forma) para se ajustar ao sujeito da oração.

Ao se referir ao sujeito pós-verbal, ressalta-se apenas que a concordância deve ser **sempre** feita com o núcleo do sujeito:

*Note que não importa a posição do verbo (antes ou depois do sujeito simples): a concordância é sempre feita com o núcleo dele (AMARAL et al., 2003, p. 489).*

Além disso, em se tratando do sujeito composto pós-verbal (AMARAL et al., 2003, p. 493), diz-se o seguinte:

***Sujeito composto posicionado depois do verbo***

{	<i>O verbo pode</i>	Concordar <i>apenas</i> com o primeiro núcleo
		<i>ou</i> ir para o plural.

Interessante notarmos que, à semelhança do que ocorre nos LDs em análise, a gramática de Cunha e Cintra (2008), por exemplo, só se refere ao sujeito posposto quando são tratados os sujeitos compostos, deixando de lado uma discussão mais ampla dos contextos de uso da ordem VS em PB. Tal situação evidencia que há ainda uma estreita ligação entre o LD e a tradição gramatical desvinculada do uso real que os falantes fazem da língua, o que implica considerar que ao aluno não está disponível uma reflexão sobre os múltiplos usos da língua, reflexão esta exigida, em certa medida, nos exames vestibulares e no ENEM.

### **Considerações finais**

A partir do estudo de Pontes (1986), assumimos, com base nos critérios por ela analisados, que o SN posposto ao verbo em PB não apresenta *status* de um sujeito prototípico por apresentar, em certa medida, características de objeto. Isso se confirma pela restrição da ordem VS a contextos inacusativos e pela frequente ausência de concordância verbal

resultante de um processo de mudança por que tem atravessado essa língua (DUARTE, 2000; BERLINCK, 1988; 2000).

Tomando por base o tratamento dado pelos LDs em análise para a posposição do sujeito e a concordância verbal e a questão proposta no vestibular 2013 da UFPE sobre esses aspectos, verificamos uma dissonância, pois enquanto esses LDs permanecem atrelados a uma visão prescritiva da língua, desconsiderando o uso real da língua, o vestibular visa a um trabalho de reflexão linguística sobre esse uso. Nesse sentido, há uma consequência inevitável: se ao aluno essa reflexão não é ensinada, sua resposta não será satisfatória à questão proposta na prova do vestibular.

Em linhas gerais, o trabalho aqui realizado aponta para a necessidade de se repensar o ensino do PB no que se refere às questões morfossintáticas, por exemplo, tomando por base que essa língua vem atravessando um processo de mudança que tem influenciado significativamente algumas áreas de sua gramática (em nosso caso, a ordem VS e a concordância). Portanto, a atuação eficaz do docente não pode ser separada da investigação teórica, visto ser um “‘sujeito aplicador’ dotado de conhecimentos e capacidades que lhe permitem inserir-se num processo em aberto cuja efetivação se realiza mediante escolhas conscientes” (FONSECA, 2001, p. 19).

### Referências bibliográficas:

AGRA, M. W. C. Sujeito – para uma investida didática. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da [et al.] (Orgs.). *Ensino de língua: do impresso ao virtual*. Campina Grande, PB: EDUEP, 2006.

AMARAL, E. et al. *Novas palavras: português*. Volume único: livro do professor. 2. ed. São Paulo: FTD, 2003.

AMBAR, M. M. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1992.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 630-657.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERLINCK, R. A. *A ordem VSN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. 1988. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

BERLINCK, R. A. Brazilian Portuguese vs order: a diachronic analysis. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000.

BURZIO, L. *Italian syntax. A government-binding approach*. Dordrecht, Reidel: Kluwer Academic, Publishing Company, 1986.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português linguagens*. V. 2 e 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

DUARTE, M. E. L. The loss of the 'avoid pronoun' principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 17-36.

ELISEU, A. M. G. S.. *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1984.

FONSECA, F.. Linguística aplicada ou linguística aplicável? In: FONSECA, F. I.; DUARTE, I. M.; FIGUEIREDO, O. (Org.). *A linguística na formação do professor de português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2001. p. 15-26.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Concordância e origens do português brasileiro. In: SEDRINS, Adeilson Pinheiro (org.). *Por amor à Linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: EDUFAL, 2012.

KATO, M. A (1999). A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, Pós-graduação em Linguística, UFSC. p. 1-21 (no prelo).

KEENAN, E. L. Towards a universal definition of subject. In: LI, C. N. (Org.). *Subject and topic*. New York : Academic Press, 1976.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Massachussets : The MIT Press, 1995.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.



MOURA, D. Variação e ensino. In: MOURA, D. (Org.). *Variação e ensino*. Maceió: EDUFAL, 1997, p. 09-28.

PERLMUTTER, D. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. *Readings in portuguese linguistics*. Amsterdam, New York, Oxford : North-Holland Publishing Company, 1976. p. 83-138.

\_\_\_\_\_. Impersonal passive and the unaccusative hypothesis. In: JAEGER, J. et al. (Eds.). *Proceedings from the IV Annual Meeting of the BLS*. Berkeley, Califórnia, 1978.

PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

SIBALDO, M. A. Ordem verbo-sujeito, inacusatividade, caso e definitude: subsídios interlinguísticos para uma análise no português brasileiro. *Leitura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL: Estudos em sintaxe comparativa*. Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – CHLA. n. 33, jan./jun./2004. Maceió: Imprensa Universitária.

SILVA, C. R. T. *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas.

### **Textbooks in Portuguese: how do they focus on subject-verb agreement in unaccusative contexts?**

**Abstract:** The main subject-verb agreement rule says subject must agree with verb. However, in Brazilian Portuguese (BP), when the subject follows the verb (VS order) in unaccusative contexts, a strong tendency of subject-verb agreement to disappear is observed. Taking – the ingrained connection between the textbook and the normative grammar, and the growing proximity between the university entrance examination's and the Enem's points of view with current studies about the BP into account, this paper aims to investigate how the textbook of high school treats the question of subject-verb agreement related to VS order. In order to reach this goal, we selected two collections of Portuguese's textbook, widely adopted by public schools, to conduct a qualitative analysis. We based on Silva (2004), Pontes (1986) Bagno (2011), Berlinck (1988) and others. The results reveals a conformity of the textbook with the traditional grammar rules, ie, the sentence with a VS order, such a productive one in PB, didn't appear in textbook's descriptions. Results such as these demonstrate a dissonance between what is expected of the student egress from the high school and what is selected by the textbook as a matter of the classroom, as well as the theoretical approach suggested.

**Key words:** Postverbal subject. Subject-verb agreement. Textbook. Normative grammar. Unaccusative verbs.

**Recebido em:** 19 de outubro de 2013.

**Aprovado em:** 15 de novembro de 2013.